Processo TC nº 002.046/2015-6
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Adimar da Silva Ramos, ex-prefeito de Rio da Conceição/TO, em razão da impugnação integral das despesas efetuadas no âmbito do Convênio nº 1645/2009, cujo objeto era o financiamento da “Festa Natalina de Rio da Conceição”, realizada nos dias 18 e 19 de dezembro de 2009.

2. Para a consecução do evento, foi prevista a utilização de R\$ 105.000,00, sendo R\$ 100.000,00 de responsabilidade da União e o restante correspondente à contrapartida do Município.

3. Submetidos os autos a este Tribunal, foi ordenada a citação do Sr. Adimar da Silva Ramos para que apresentasse alegações de defesa sobre o fato relacionado a seguir ou recolhesse aos cofres do Tesouro Nacional a quantia original de R\$ 100.000,00, atualizada monetariamente:

“[...] não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio 1.645/2009 (SIAFI/SICONV 722473), celebrado entre o Ministério do Turismo e o município de Rio da Conceição/TO, tendo como objeto a execução da ‘Festa Natalina de Rio da Conceição’, uma vez que, devidamente notificado pelo concedente, Vossa Senhoria não apresentou documentação complementar obrigatória, que consistiu na ausência de cópias dos contratos e fotos/vídeos correspondentes à execução das seguintes metas, capazes de identificar local, data, evento e logomarca do Ministério do Turismo; contratação de banda nacional Amor de Novela; locação de 20 m de fechamento metálico com placas medindo 2x2 m, com saídas de emergência; locação de palco 12x10m; locação de som pa-32 e contratação de banda de renome nacional Swing Legal, infringindo os seguintes dispositivos legais: Cláusulas Primeira (Objeto), Segunda (Do Plano de Trabalho) e Décima Segunda (Da Prestação de Contas) dos termos do Convênio 1.645/2009, nos termos da Portaria Interministerial 127/2008.” (Grifei.)

4. Devidamente citado, o ex-prefeito alegou, em apertada síntese, inexistir dano ao erário uma vez que toda a verba gerida teria sido empregada na realização do evento nos moldes acordados no plano de trabalho. A fim de respaldar suas afirmações, anexou fotos de apresentações musicais (peça 26, p. 11-18); contrato de locação de palco (peça 26, p. 20-23); contrato de show com a banda “Amor de Novela” (peça 26, p. 24-25); e contrato da empresa Manoel Barbosa Maranhão (peça 26, p. 26-27).

5. A Secex/TO promoveu a análise da defesa e concluiu que os argumentos apresentados não são suficientes para sanar a irregularidade, pois o responsável não teria logrado demonstrar a efetiva execução do objeto pactuado. Adicionalmente, foram mencionadas as seguintes falhas para embasar a proposta de rejeição das alegações de defesa do Sr. Adimar da Silva Ramos: i) contratação de empresa promotora de eventos por meio de inexigibilidade de licitação, a despeito de não existir evidências de que detinha exclusividade na representação dos artistas; ii) inexistência de nexo de causalidade entre os serviços prestados e os recursos do convênio (ausência das notas fiscais); iii) incompatibilidade entre valores constantes da relação de pagamentos e saques efetuados na conta específica do convênio.

6. Assim, a unidade técnica propõe, em uníssono, que as presentes contas sejam julgadas irregulares, com a imputação de débito equivalente a todo o valor gerido e a aplicação da multa fundamentada no art. 57 da Lei nº 8.443/92 ao responsável.

7. Feita essa breve contextualização, concordo, em essência, com o encaminhamento sugerido pela unidade técnica.

8. De fato, as fotografias encaminhadas pelo ex-prefeito não contêm qualquer identificação do evento financiado com a verba federal – se limitam a mostrar pessoas na plateia ou artistas em um palco, sem evidenciar que se trata da Festa Natalina de Rio da Conceição de 2009 – razão pela qual é impossível afirmar que a festividade tenha realmente ocorrido.

Continuação do TC nº 002.046/2015-6

9. Convém ressaltar que a comprovação da execução do objeto avençado também poderia se dar por meio da apresentação de notícias veiculadas em jornais locais, mas, após compulsar os autos, constatei que documentos dessa natureza também não foram juntados a este processo.

10. Conquanto repete adequada a condenação do responsável, registro que as sanções eventualmente aplicadas por esta Corte devem se respaldar unicamente na irregularidade que constou no ofício de citação remetido ao Sr. Adimar da Silva Ramos, que consiste na não comprovação da execução do objeto conveniado (ausência de fotos/vídeos). Com efeito, observei que a unidade técnica incluiu em sua instrução de mérito questões que não haviam sido abordadas anteriormente no curso deste processo. A meu ver, fundamentar a condenação do responsável em falhas aventadas em fase posterior a sua citação configuraria flagrante ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa.

11. De qualquer forma, após consultar o conjunto probatório que compõe este feito, julgo que as novas irregularidades apontadas pela Secex/TO não são capazes de ensejar dano ao erário, motivo pelo qual entendo não ser oportuna a renovação da citação do responsável.

12. No que toca à contratação por meio de inexigibilidade de licitação sem a comprovação da exclusividade da representação dos artistas, considero que tal falha, por si só, não é capaz de causar débito. Apesar de constituir grave infração às regras impostas pela Lei nº 8.666/93, tal irregularidade somente geraria dano caso restasse comprovado o pagamento pelos serviços do intermediador da contratação, o que não se verifica neste processo. A fim de melhor esclarecer este ponto, transcrevo excerto do voto condutor do Acórdão nº 5662/2014-1ª Câmara:

“14. [...], a ausência de apresentação do contrato de exclusividade com os artistas torna irregular a contratação por inexigibilidade de licitação, pois tal documento é imprescindível para caracterizar a inviabilidade de competição de que trata o art. 25, inciso III, da Lei 8.666/1993.

15. Tal fato justifica o julgamento pela irregularidade das contas em exame e a aplicação de multa à responsável. No entanto, entendo que, por si só, isso não é suficiente para caracterizar a ocorrência de débito. Em situações como a que ora se analisa, na qual não há indícios de dano ao erário, estando comprovados tanto a execução do objeto quanto o nexo causal entre as despesas realizadas e os recursos repassados por força do convênio, a determinação para a devolução dos recursos seria indevida, pois caracterizaria o enriquecimento sem causa da União.” (Grifei.)

13. Assim, a despeito de concordar que a contratação por meio de inexigibilidade seja irregular, entendo que, no presente caso, tal fato não resultou dano ao erário.

14. No que concerne às falhas relacionadas à execução financeira do pacto, penso não assistir razão à unidade técnica. Ao contrário do que alega a Secex/TO, o cotejo dos valores constantes da relação de pagamentos e do extrato bancário não aponta para a existência de débitos discrepantes dos montantes contratados. Consoante documento de peça 1, p. 133, foram efetuados três pagamentos:

- i) Hércules Entretenimentos Ltda., no valor de R\$ 50.000,00;
- ii) Auler e Silveira Ltda., no valor de 25.000,00; e
- iii) Manoel Barbosa Maranhão, no valor de R\$ 30.000,00.

15. Tais valores correspondem aos três débitos constantes do extrato da conta corrente específica (peça 1, p. 143). Ainda que não estejam presentes nestes autos outros documentos necessários para a demonstração do nexo de causalidade entre os serviços prestados e a verba federal (notas fiscais, cheques ou comprovantes de transferência), verifico que tais elementos integraram a prestação de contas originalmente encaminhada ao Ministério do Turismo (peça 1, p. 181-183) e foram objeto de análise pelo controle interno.

16. O relatório que apresentou os resultados desse exame apontou as seguintes ressalvas financeiras na prestação de contas (peça 1, p. 183):

- i) ausência de relatório de execução financeira preenchido de acordo com plano de trabalho;
- ii) inexistência de declaração do conveniente sobre o dever de guarda de documentos; e
- iii) não apresentação de cópia da publicação do extrato da dispensa.

Continuação do TC nº 002.046/2015-6

17. A despeito de não ser possível que este TCU verifique a regularidade financeira da avença, reputo contraproducente efetuar diligência ou nova citação a fim de melhor averiguar este aspecto do convênio, porquanto os elementos que constam do processo não indicam que tenham ocorrido irregularidades nos desembolsos efetuados com os recursos públicos sob exame.

18. Feitas essas observações e considerando que não há nesta TCE elementos capazes de afastar a irregularidade relacionada com a não comprovação da execução do Convênio nº 1645/2009, entendo que não assiste melhor sorte ao ex-gestor municipal, haja vista que a falta de documentação comprobatória quanto à aplicação dos recursos federais recebidos dá ensejo à presunção legal de dano ao erário.

19. Ante o exposto, este representante do Ministério Público/TCU manifesta concordância com a proposta de encaminhamento apresentada pela Secex/TO na peça 30, ratificada pelos pronunciamentos de peças 31 e 32.

Ministério Público, em março de 2016.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral